

EXCLUSÃO/EXCLUSÃO: MÚLTIPLOS OLHARES, DIFERENTES SIGNIFICADOS

INCLUSIÓN/EXCLUSIÓN: MÚLTIPLES MIRADAS, SIGNIFICADOS DIFERENTES

INCLUSION/EXCLUSION: MULTIPLE LOOKS, DIFFERENT MEANINGS

Sandra Cristina Morais SOUZA¹
Mary RANGEL²

RESUMO: A noção de inclusão ganhou o mundo, no século XX e XXI. E chegou às escolas com a pretensão de incluir “todos” no espaço educacional. O lema proclamado pelo discurso inclusivo versa sobre a aceitação das minorias, a exaltação, a diversidade e à educar para a diferença. O presente estudo aprofunda o debate acerca dos múltiplos olhares e diferentes significados que cercam o binômio inclusão e exclusão. Para tanto, foi conduzida uma pesquisa bibliográfica sobre o tema. Entre as conclusões do estudo, as mais relevantes indicam que a palavra exclusão faz parte dos discursos neoliberais, associadas às minorias, sejam eles: as pessoas com deficiência, os doentes mentais, os meninos de rua, os velhos, os pobres, as minorias em geral. A palavra inclusão está associada às políticas de assistência, orientada para criação de medidas contra a exclusão, essas medidas buscam abranger todos aqueles que de alguma forma estão excluídos pela sociedade. Independentemente dos múltiplos olhares e diferentes significados que as palavras inclusão e exclusão possam ter, todos eles circulam no nosso cotidiano, produzindo verdades.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão/Exclusão. Educação. Diferença.

RESUMEN: *La noción de inclusión ganó el mundo en el siglo XX y XXI. Y llegó a las escuelas con la pretensión de incluir a todos en el espacio educativo. El lema proclamado por el discurso inclusivo versa sobre la aceptación de las minorías, la exaltación, la diversidad y educar para la diferencia. El presente estudio profundiza el debate sobre las múltiples miradas y diferentes significados que rodean el binomio inclusión y exclusión. Para ello, se llevó a cabo una investigación bibliográfica sobre el tema. Entre las conclusiones del estudio, las más relevantes indican que la palabra exclusión forma parte de los discursos neoliberales, asociados a las minorías, sean ellos: las personas con discapacidad, los enfermos mentales, los niños de la calle, los viejos, los pobres, las minorías en General. La palabra inclusión está asociada a las políticas de asistencia, orientada a la creación de medidas contra la exclusión, esas*

¹ Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa – PB – Brasil. Departamento da Educação Básica. E-mail: profsandrapsico@gmail.com.

² Universidade Federal Fluminense (UFF), Rio de Janeiro – RJ – Brasil. Professora titular de Didática da e da Área de Ensino-aprendizagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: mary.rangel@lasalle.org.br.

medidas buscan abarcar a aquellos que de alguna forma están excluidos por la sociedad. Independientemente de los múltiples miradas y diferentes significados que las palabras inclusión y exclusión puedan tener, todos ellos circulan en nuestro cotidiano, produciendo verdades.

PALAVRAS-CLAVE: *Inclusión / Exclusión. Educación. Deficiencia.*

ABSTRACT: *The notion of inclusion won the world, in the XX century and XXI. And schools arrived with the intention of including "everyone" in the educational space. The motto proclaimed by the inclusive discourse is about the acceptance of minorities, exaltation, diversity and education for difference. The present study deepens the debate about the multiple looks and different meanings that surround the binomial inclusion and exclusion. For this, a bibliographic research was conducted on the subject. Among the conclusions of the study, the most relevant ones indicate that the word exclusion is part of neoliberal discourses, associated with minorities, whether they are: people with disabilities, the mentally ill, street children, the elderly, the poor, general. The word "inclusion" is associated with the policies of assistance, aimed at creating measures against exclusion, these measures seek to cover all those who are somehow excluded by society. Regardless of the multiple glances and different meanings that the words inclusion and exclusion may have, they all circulate in our daily lives, producing truths.*

KEYWORDS: *Inclusion/Exclusion. Education. Deficiency.*

Introdução

A emergência do termo inclusão dentro do contexto educacional torna profícuo os inúmeros estudos que discutem essa temática no presente. Ou seja, discutir a inclusão, seus diferentes olhares e significados, motiva a abertura de novos trabalhos e pesquisas. Nesse sentido, objetivamos apresentar alguns aspectos históricos e sociais que envolvem o binômio inclusão e exclusão na história moderna. Não pretendemos desvelar sua complexidade, mas discutir e problematizar as questões que ligam esses dois termos. Propomo-nos a apresentar alguns aspectos para essa discussão e deixá-los em aberto para instigar novos debates e estudos.

O termo problematização foi utilizado por Foucault em alguns dos seus estudos. É definido como “o conjunto das práticas discursivas ou não-discursivas que faz qualquer coisa entrar no jogo do verdadeiro e do falso e a constitui [a problematização] como objeto para o pensamento (seja sob a forma da reflexão moral, do conhecimento científico, da análise política etc.)” (REVEL, 2005, p. 70).

Assim, pretendemos problematizar as noções de exclusão, bem como da reprodução dos discursos que envolvem o termo inclusão. Para isso, nos propomos a explicitar as ambivalências e tensões existentes entre eles.

Exclusão/Inclusão: diferentes olhares e significados

Não seria um equívoco afirmar que, nas últimas décadas, o tema inclusão e exclusão tem sido discutido exaustivamente em diversas áreas do conhecimento, principalmente na Sociologia, na Psicologia Social e na Educação. É claro que não estamos tratando de um fenômeno atual, pois esse fenômeno circula na sociedade há muito tempo e aparece, de diversas formas, em vários contextos históricos, com diversos significados.

Segundo Lopes, Lockmann, Hattge e Klaus (2010, p. 6):

Os usos dessas palavras poder ser associados à miséria vivida por um número muito grande de pessoas dentro do território brasileiro; podem, também, ser associados à designação de limites de fronteira entre o dentro e o fora, assim como podem ser associados às situações de discriminação negativa por razões de raça/etnia, gênero, religião, deficiência, trabalho/emprego, educação, etc.

Da Idade Média até o século XIX houve um deslocamento nos usos dos termos exclusão e inclusão. Saímos de uma sociedade em que as práticas sociais para lidar com os diferentes eram retratadas a partir da reclusão e do enclausuramento, passando para uma sociedade onde o enfoque é a correção, através dessa correção, seria possível incluir os sujeitos. A modernidade nos convida a olhar o diferente de uma nova forma, os indesejados, os desviantes, os doentes, os loucos, os deficientes, todos passam a ser tratados como alguém a ser recuperado (FOUCAULT, 2003).

Segundo Rodrigues (2006, p. 09), “a exclusão tornou-se uma espécie de epidemia do início deste século: assustadora, como a peste, contagiosa e de cura pouco provável”. Portanto, é compreendida como uma ameaça, já que representa um perigo para o desenvolvimento das sociedades.

Quais seriam, então, as causas para que a exclusão tenha se configurado como algo terrível, que precisava ser combatida e erradicada a qualquer custo? Rodrigues (2006) menciona três causas: a primeira estaria ligada às mudanças que ocorreram nas sociedades, com o significativo aumento das reivindicações de condições de vida dignas e de qualidade por parte da população. Essas reivindicações são oriundas da consciência

crecente dos cidadãos em relação aos seus direitos de cidadania. Um exemplo disso são as reivindicações nas áreas de educação, habitação, emprego e lazer. Os grupos sociais não só solicitam a provisão desses direitos, como também que essa provisão seja de boa qualidade. Na realidade brasileira, confrontamo-nos com as políticas de distribuição de bens, que são escassas para atender a toda a população, e isso gerando a exclusão social de grande parte da população.

A segunda causa, tão forte quanto a primeira, diz respeito às culturas meritocráticas e competitivas desenvolvidas pela sociedade moderna. Trata-se de um sistema altamente excludente, que seleciona os mais aptos e exclui os considerados menos aptos. Os critérios para essa seleção não são objetivos e excluem os menos eficientes. No sistema de valores das sociedades, está implícito que quem é excluído, seja da escola ou do emprego, não foi suficientemente capaz como os que adquiriram o diploma ou um bom emprego. Nesse caso, a exclusão é considerada inevitável.

A terceira causa bastante expressiva surge com os fatores culturais, o que nos conduz a conceber o diferente como contagioso ou perigoso. Referimo-nos às pessoas que representam uma ameaça, seja em relação à orientação sexual, aos aspectos socioeconômicos, à deficiência, à etnia etc.

Analisando a realidade dessas causas, enxergamos a sociedade capitalista como criadora e mantenedora de práticas excludentes, entretanto essas práticas ganharam mais visibilidade na contemporaneidade. Para Martins (1997, p. 32),

O problema da exclusão começou a se tornar visível nos últimos anos porque começa a demorar muito a inclusão: o tempo que o trabalhador passa a procurar trabalho começou a se tornar excessivamente longo e frequentemente o modo que encontra para ser incluído é um modo que implica certa degradação.

Essa problemática atinge frontalmente o Estado e, na atual conjuntura neoliberal, o mercado, promovendo um deslocamento contínuo quanto às estratégias que possam promover a inclusão social.

Sawaia (2006, p. 7) ao se referir à exclusão, pontua que:

É um processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas. É um processo sutil e dialético, pois só existe em relação a inclusão como parte constitutiva dela. Não é uma coisa ou um estado, é processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros.

Assim, não podemos compreender a inclusão como um elemento opositor da exclusão, separando-os, mas como constituintes de uma mesma matriz epistemológica, política, cultural e ideológica, porquanto fazem parte de uma mesma escala de valores, não são imutáveis ou irreversíveis, mas constituintes de uma mesma relação, que podem ser substituídos e configurados de acordo com o contexto histórico, econômico, político, cultural e social (LOPES, 2007). Nesse processo, a concepção de inclusão/exclusão ultrapassa o fenômeno individual e ganha a ambiência de um fenômeno social, cuja origem está atrelada ao próprio funcionamento da sociedade. Wanderley (2002, p. 17) afirma que:

Muitas situações são descritas como de exclusão, que representam as mais variadas formas e sentidos advindos da relação inclusão/exclusão. Sob esse rótulo estão contidos inúmeros processos e categorias, uma série de manifestações que aparecem como fraturas e rupturas do vínculo social (pessoas idosas, deficientes, desadaptados sociais; minorias étnicas ou de cor; desempregados de longa duração, jovens impossibilitados de aceder no mercado de trabalho etc.)

Sob essa ótica, é possível compreender que existem valores e representações do mundo que contribuem para incluir ou excluir as pessoas. São os rótulos, contidos no processo de categorização social, que provocam a aceitação ou a rejeição de determinadas categorias sociais. Com efeito, a exclusão ganha uma organização nas relações interpessoais, através da qual a relação assume certo tratamento social. Em relação a esse tratamento, Jodelet (2002, p. 53) enuncia:

A exclusão induz sempre uma organização específica de relações interpessoais ou intergrupos, de alguma forma material ou simbólica, através da qual se traduz: no caso da **segregação**, através de um afastamento [...]; no caso da **marginalização**, através da manutenção do indivíduo à parte de um grupo, de uma instituição ou do corpo social; no caso da **discriminação**, através do fechamento do acesso a certos bens ou recursos, certos papéis ou status (**grifo nosso**).

Podemos inferir que cada tipo de organização inscreve um tipo específico de interação social entre as pessoas ou os grupos. Essa interação pode ser maior ou menor, de acordo com o espaço de referência que provoca a rejeição ou aceitação de um grupo social.

De acordo com Crochik et al (2013, p. 14),

A separação de pessoas e de minorias dos outros homens diz respeito à **segregação**; pode-se pensar nas prisões, nos manicômios, ou no

impedimento, devido à classe social, etnia, sexo etc., de alguém ingressar em determinados lugares ou de possuir bens materiais e culturais, trata-se de grupos sociais que possuem lugares distintos para residir, trabalhar e divertir-se e que têm acesso diferenciado aos bens produzidos por todos; a segregação pode ocorrer também num mesmo espaço social, no qual indivíduos ou grupos são impedidos de se relacionarem entre si (**grifo nosso**).

A clareza dessa questão sobre a segregação nos leva a refletir sobre os inúmeros sujeitos inseridos nos espaços educacionais, porque estar inserido não significa pertencer à esse espaço. Ao contrário, em determinadas situações, podemos perceber a lógica invisível da segregação que atravessa os espaços sociais.

A inclusão não pode ser definida simplesmente como a ocupação de um espaço físico, porque todos podem ser excluídos de uma situação e incluídos em outra. Não existe alguém completamente incluído ou excluído (PINTO, 1999, apud LUNARDI, 2000). O que há são jogos de poder em que, a depender da situação, da localização e da representação, alguns são enquadrados, e outros, não (LUNARDI, 2000).

Diante dessa lógica, qualquer sujeito poderá ser incluído ou ser excluído, tudo depende da sua participação, dos lugares e posições ocupadas, tudo depende do jogo neoliberal.

A escola inclusiva: um ideal a ser conquistado

A escola pensada nos ideais iluministas não se concretizou como pensada pelos arquitetos do Iluminismo. Pelo menos, não em relação à condução dos bons selvagens a um estado de maioria, pautados na razão, por obra de uma pedagogia e de uma escolarização racional (VEIGA-NETO, 2004). A escola deveria não só abranger a todos, como também ensinar, prioritariamente princípios e comportamentos disciplinares (KANT, 1996). Em uma sociedade disciplinar, toda e qualquer selvageria poderia ser dominada enviando-se a criança para a escola (KANT, 1996).

O projeto educacional da modernidade fez da escola um *locus* privilegiado para a consecução dos ideais do Iluminismo. Silva (1995, p. 245) esclarece que

A educação escolarizada e pública sintetiza, de certa forma, as ideias e os ideais da Modernidade e do Iluminismo. Ela corporifica as ideias de progresso constante através da razão e da ciência, de crença nas potencialidades de desenvolvimento de um sujeito autônomo e livre, de universalismo, de emancipação e libertação política e social, de autonomia e liberdade, de ampliação do espaço público através da cidadania, de **nivelamento dos ideais de justiça, igualdade e distributividade do projeto moderno de sociedade e política**. Ela

não apenas resume esses princípios, propósitos e impulsos; ela é a instituição encarregada de transmiti-los, de torná-los generalizados, de fazer com que se tornem parte do senso comum e da sensibilidade popular (**grifo nosso**).

Esses ideais contemplam o projeto moderno, em que o sujeito racional, a ciência, a liberdade, a igualdade e a autonomia estariam presentes. Não há, nesse modelo de escola, espaço para o sujeito que não atenda à essa racionalidade. Estaria, então, a escola encarregada de formar um sujeito ativo e útil à sociedade. Esse sujeito seria o responsável por garantir o progresso e o desenvolvimento social.

Importa dizer que o pensamento de uma escola para todos já era encontrado em Jan Amos Comenius. Segundo Narodowski (2001, p. 28), “Comenius projeta um plano metodológico, um empreendimento educacional para incluir os pobres e, em função disso, propõe a maquinaria de escolaridade universal”. Essa seria, então, a primeira tentativa de democratizar o ensino, porquanto era preciso ensinar tudo a todos. A modernidade, ao se esforçar para localizar uma verdade obscurecida por detrás do sobrenatural, mostrou a intensidade de suas fundações iluministas (razão, progresso, desenvolvimento, educação, crescimento econômico etc.).

O paradigma dominante e hegemônico da ciência moderna é o modelo da racionalidade científica, constituído a partir da revolução científica do Século XVI e desenvolvido nos séculos seguintes, basicamente no domínio das ciências naturais. De certa forma, “[...] as diversas ciências ou as várias disciplinas constituem-se em esforços de construção de uma ordem do mundo no nível do saber” (GALLO, 2006, p. 257). Corroborando esse pensamento, poderíamos afirmar que o conceito de inclusão/exclusão surgiu na modernidade, a partir desse modelo de cientificidade, como uma tentativa de demarcar a diferença. Com essa demarcação, ela poderia ser capturada e nomeada, para que fosse conhecida, classificada e corrigida, já que sua função é de educar a todos. (LOPES, 2007).

A busca pelo nivelamento do sujeito moderno compõe os discursos hegemônicos e representativos nos espaços sociais e produz saberes que vão compondo a proliferação de discursos de uma escola para todos. Veiga-Neto (2007) nos chama a atenção, ao salientar que foi a partir dos pensamentos de Foucault e de sua discussão com o sujeito moderno, que se tornou possível compreender a escola como um mecanismo articulador entre os saberes ensinados e formatados, sejam eles pedagógicos ou não, como poderes que circundam a sociedade. Com base nesse entendimento, podemos compreender que o

solo profícuo onde se estabeleceram os princípios da inclusão foi gestado nos entornos da modernidade. Se hoje pensamos em uma sociedade como um espaço que deve ser de igualdade, seus fundamentos partiram da episteme³, da ordenação e da validação de discursos, criando assim, um campo de possibilidades e impossibilidades.

Nesse sentido, não podemos deixar de considerar que há saberes gestados na modernidade que atravessam fortemente a contemporaneidade. Uma demonstração disso é o entrelaçamento dos modos de saber hegemônicos, construídos com a finalidade de incorporar valores pré-estabelecidos, fazendo crer que esses valores são os melhores, os mais dignos de seguirmos, e viver essas verdades nos possibilita olhar o mundo de uma maneira mais justa e humana.

Para Duschatzky e Skliar (2001, p. 191),

A modernidade inventou e se serviu de uma lógica binária, a partir da qual denominou de diferentes modos o componente negativo da reação cultural: marginal, indigente, louco, deficiente, drogadinho, homossexual, estrangeiro, etc. Essas oposições binárias sugerem sempre o privilégio do primeiro termo e o outro, secundário nessa dependência hierárquica, não existe fora do primeiro, mas dentro dele, como imagem velada, como sua inversão negativa.

Essa lógica binária serve para estabelecer os que irão pertencer à sociedade e os que irão ser excluídos dela. Para que isso aconteça, demarca os desviantes, os estranhos, os diferentes e os marginais, ou seja, todos aqueles que precisam ser marcados pelo selo da sociedade.

Essa visão está presente em Bauman (2001), ao afirmar:

Todas as sociedades produzem **estranhos**. Mas cada espécie de sociedade produz sua própria espécie de estranhos e os produz de sua própria maneira, inimitável. Se os estranhos são as pessoas que não se encaixam no mapa cognitivo, moral ou estético do mundo – num desses mapas, em dois ou em três; se eles, portanto, por sua simples presença, deixam turvo o que deve ser transparente, confusão o que deve ser uma coerente receita para a ação, e impedem a satisfação de ser totalmente satisfatória; se eles poluem a alegria com a angústia, ao mesmo tempo em que fazem atraente o fruto proibido; se, em outras palavras, eles obscurecem e tornam tênues as linhas de fronteira que devem ser claramente vistas; se tendo feito tudo isso, geram a incerteza, que por sua vez dá origem ao mal-estar de se sentir perdido – então cada sociedade produz esses estranhos. (BAUMAN, 2001, p. 27, **grifo nosso**).

³ Um conjunto das relações possíveis em determinada época, a partir de determinado jogo de coações e limitações impostas ao discurso e pelo discurso (FOUCAULT, 2002).

Os sujeitos considerados estranhos são classificados dessa forma por não corresponderem a modelos ou padrões que, de algum modo, foram estabelecidos pelos normais. E por serem estranhos e não corresponderem a esses padrões instituídos pela sociedade, sua presença causa resistências e, por isso, são considerados perigosos, ameaçadores e, por que não dizer, marginais, ou seja, vivem à margem dos espaços sociais (RANGEL, 2013).

É nesse ponto dessas reflexões que entendemos o quanto o ato de classificar e categorizar é perverso. Skliar (2003, p. 66) entende que:

Todo ato de classificação é em si mesmo um ato de exclusão e inclusão que supõe coerção e violência, podemos dizer que toda espacialidade produzida, inventada, normatizada, traduzida e/ou representada como um espaço único de exclusão/inclusão é um ato de perversão.

Nesse sentido, existe um sistema regulador da ordem social, que orienta e regula os sujeitos, atua com fronteiras imaginárias se entrelaça às redes de saber e poder. Por meio dessas redes, é definida e autorizada a participação dos sujeitos - de um lado, os que são autorizados a participar do núcleo dos incluídos, e, de outro, os que estão habilitados a participar do núcleo dos excluídos. Essa tentativa de demarcação procura apontar, diferenciar e identificar o outro. A identificação serve para nomear e categorizar o diferente e verificar qual é o passível de normalidade ou não. A classificação parte do agrupamento dos indivíduos com base em suas características, o que acaba formando dois grupos antagônicos: nós e eles.

Assim, cumpre-nos pensar quais os sentidos atribuídos à inclusão. Estar incluído fisicamente no espaço da sala de aula nem sempre é garantia de estar incluído nas relações que nela se estabelecem. O lado perverso da inclusão escolar está em democratizar o acesso à escola, mas não possibilitar que esses sujeitos estejam nela de modo proveitoso (LOPES, 2007).

Corroborando esse pensamento, Veiga-Neto e Lopes (2007, p. 958) afirmam que:

As instituições que garantem o acesso e o atendimento a todos são, por princípio, includentes, mesmo que, no decurso dos processos de comparação e classificação, elas venham a manter alguns desses “todos” (ou muito deles...) em situação de exclusão. Isso significa que o mesmo espaço considerado de inclusão pode ser considerado um espaço de exclusão. Conclui-se que a **igualdade** de acesso não garante a inclusão e, na mesma medida, não afasta a sombra da exclusão (**grifo nosso**).

Segundo Hattge (2007), todos são chamados a fazer parte da escola, e, quando dizemos “todos”, não estamos nos referindo somente à inclusão das pessoas com deficiência, mas à inclusão como uma questão mais ampla, que envolve gênero, raça, etnia, religião, classe social. Entretanto, temos a consciência de que a **escola para todos** nem sempre é a **escola de todos**.

Quando fazemos essa referência, estamos falando das demais categorias, os mais pobres, os negros, os índios, os que residem na zona rural, os marginalizados, os sem tetos, os moradores de rua, os homossexuais, os travestis, os transexuais, ou seja, todos aqueles cujas diferenças, de alguma maneira, sejam elas, pessoais, sociais, econômicas e políticas, encontram-se à margem da sociedade. Destacamos que o termo inclusão está 'colado', no discurso pedagógico atual, às pessoas com deficiência (ORRU, 2009). Entretanto, precisamos abrir nosso olhar para as demais categorias que são excluídas da sociedade.

De acordo com Rech (2013), a palavra inclusão nos remete à um movimento que tem se configurado de várias formas no espaço social, principalmente no educacional. Entender a inclusão a partir de um conceito amplo, considerando diferentes grupos de sujeitos e nos quais as diferenças tenham espaço para dialogar, pode ser uma possibilidade de olhar os processos e as práticas de inclusão na contemporaneidade.

Nesse sentido, Veiga Neto e Lopes (2011, p. 126) complementam:

A inclusão pode ser entendida como - um conjunto de práticas que subjetivam os indivíduos a olharem para si e para o outro, fundadas em uma divisão platônica das relações; também pode ser entendida como uma condição de vida em luta pelo direito de se autorrepresentar, participar de espaços públicos, ser contabilizado e atingido pelas políticas de Estado. [...] pode ser entendida como conjunto de práticas sociais, culturais, educacionais, de saúde, entre outras, voltadas para a população que se quer disciplinar, acompanhar e regulamentar.

Diante desse emaranhado tecido social, percebemos que falar de inclusão, nos dias atuais, não é fácil, porque, frequentemente, precisamos reafirmar nossa condição em relação à condição do outro. Somos convidados a estar o tempo todo incluídos em diferentes grupos e espaços, ou seja, participamos ativamente de práticas que reafirmam o caráter imperativo da inclusão.

Entretanto, precisamos exercitar nosso olhar sobre os discursos que proclamam a inclusão, não que sejamos incrédulos ou que devamos assumir uma bandeira contra a inclusão ou a favor dela, mas enxergar atentamente os enunciados da lógica neoliberal

que estão presentes nesses discursos e analisar profundamente a palavra como signo social.

Considerações finais

As reflexões que emergem desse estudo direcionam nosso pensar para os múltiplos olhares e diferentes significados que os termos inclusão e exclusão ganharam no advento da modernidade e expandiram-se na contemporaneidade. Na verdade, o binômio inclusão/exclusão insistentemente lembrado pelos discursos oficiais e pela mídia, são alvos de diferentes concepções e forças que circundam esse movimento. Essa discussão torna-se necessária para que possamos desvelar as intenções que subjazem as políticas públicas, que visam materializar a inclusão.

Ao questionarmos a materialização da inclusão não queremos dizer que essa materialização não deva existir, tampouco assumimos uma posição contrária a inclusão. Nosso desejo é o de problematizar a inclusão pensada como sendo algo oposto à exclusão, acreditamos que elas coabitam o mesmo espaço, ora estamos inseridos, compartilhando das mesmas condições materiais, financeiras e sociais, ora somos destituídos desse espaço, excluídos da nossa participação.

Portanto, independentemente dos olhares e significados que a inclusão/exclusão possam ter, o importante é que todos eles circundam em nossa realidade produzindo verdades e saberes. Para tanto, é preciso desestabilizar essas verdades e saberes, produzindo novas formas de ver e pensar a inclusão/exclusão, o que nos leva a compreender a inclusão não como um ponto de chegada, mas como um desafio permanente a nossa prática pedagógica.

AGRADECIMENTOS: CNPQ

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CROCHIK, J. L. et al. **Inclusão e discriminação na educação escolar**. Campinas/SP: Editora Alínea, 2013.

DUSCHATZKY, S.; SKLIAR, C. O nome dos outros. Narrando a alteridade na cultura e na educação. In: LARROSA, J.; SKLIAR, C. (Org.). **Habitantes de Babel: políticas e poéticas da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 185-212.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 17. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2002.

FOUCAULT, M. **Ditos e escritos IV**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

GALLO, S. Foucault: (Re) pensar a educação. In: RAGO, M.; VEIGA-NETO, A. (Orgs.). **Figuras de Foucault**. Autêntica: Belo Horizonte, 2006, p. 253-260.

HATTGE, M. D. A gestão da inclusão na escola: estratégia de controle e risco social. In: LOPES, M. C.; DAL'IGNA, M. C. (Orgs.) **In/exclusão: nas tramas da escola**. Canoas: Ed. de ULBRA, 2007. p. 189-200.

JODELET, D. Os processos psicossociais da exclusão. In: SAWAIA, B. (Org.) **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 4. ed. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2002, p. 53-66.

KANT, I. **Sobre a Pedagogia**. Piracicaba: Unimep, 1996.

LOPES, M. C.; LOCKMANN, K.; HATTGE, M. D.; KLAUSS, V. Inclusão e biopolítica. **Cadernos IHU Ideias**, São Leopoldo, ano 8, n. 144, 2010.

LOPES, M. C. Inclusão escolar, currículo, diferença e identidade. LOPES, M. C.; DAL'IGNA, M. C. (Orgs.) **In/exclusão: nas tramas da escola**. Canoas: Ed. de ULBRA, 2007, p. 11-34.

LUNARDI, M. L. Inclusão/exclusão: duas faces da mesma moeda. **Cadernos de Educação Especial**, Santa Maria, v.2, n.18. p. 27-36, 2000.

MARTINS, J. de S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

NARODOWSKI, M. **Comenius & a Educação**. Tradução de Alfredo Veiga-Neto. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

ORRÚ, S. E. **Autismo, linguagem e educação: interação social no cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2009.

RANGEL, M. (Org.). **A escola diante da diversidade**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2013, p.10-14.

RECH, T. L. A inclusão educacional como estratégia biopolítica. In: FABRIS, E. T. H.; KLEIN, R. R. (Orgs.) **Inclusão e biopolítica**. Belo Horizonte; Autêntica Editora, 2013, p. 25-44.

REVEL, J. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. São Carlos: Claraluz, 2005.

RODRIGUES, D. (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006, p. 09-13.

SAWAIA, Br. Introdução: exclusão ou inclusão perversa? In: SAWAIA, B. (Org.) **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 07.

SILVA, T. T. da. O projeto educacional moderno: identidade terminal? In: VEIGA-NETO, A. (Org.) **Crítica pós-estruturalista e educação**. Porto Alegre: Sulina, 1995, p.245-260.

SKLIAR, C. **Pedagogia (improvável) da diferença**: e se o outro não estivesse aí? Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

VEIGA-NETO, A. Michel Foucault e os estudos culturais. In: COSTA, M. V. (Org.). **Estudos culturais em educação**: mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema [et al]. 2. ed. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2004, p. 37-72.

VEIGA-NETO, A.; LOPES, M. C. Inclusão e Governamentalidade. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 947-964, out. 2007. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 20 set. 2016.

WANDERLEY, M. B. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, B. (Org.) **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 4. ed. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2002, p. 16-26.

Como referenciar este artigo

SOUZA, Sandra Cristina Moraes.; RANGEL, Mary Inclusão/Inclusão: múltiplos olhares, diferentes significados. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v.21, n. esp.2, p. 1063-1075, nov. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.22633/rpge.v21.n.esp2.2017.10152>>. ISSN: 1519-9029.

Submetido em: 20/07/2017

Aprovado em: 30/09/2017